

## ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA – CIEA

No dia 27 de maio de 2021, às 14h, ocorreu à septuagésima quinta reunião ordinária da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia – CIEA, no auditório virtual – Plataforma TEEMS, com os membros que representam essa Comissão, abaixo relacionados. Após a verificação do *quórum* e cumprimentar a plenária, o Secretário do Meio Ambiente, José Carlos Oliveira (DIES/SEMA) - Apresentou a Pauta da 75ª Reunião da CIEA 1. Boas vindas – acolhimento; 2. Apresentação da pauta da 75ª Reunião; 3. Aprovação da Ata da reunião anterior; 4. Reflexões para uma avaliação da Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia 5. CT de Águas e Unidades de Conservação – Encaminhamentos; 6. CT de Municípios – Encaminhamento; 7. CT de EA no Ensino Formal – Encaminhamentos; 8. GT do Diagnóstico da Educação Ambiental; 9. Os novos convênios do GAC e a Educação Ambiental; 10. Indicação do Membro da CIEA para participação no Grupo de Trabalho do Observatório de Áreas Protegidas/ Comitê Estadual da Reserva da Biosfera e da Mata Atlântica – CERBMA-BA; 11. Informes, Avaliação e Encerramento. Após apresentação da Pauta, José Carlos Oliveira (DIEAS/SEMA) – Iniciou a reunião dando boa tarde a todos, avisa que é a 75ª Reunião da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, nosso primeiro momento é esse que já está acontecendo, que são as nossas boas vindas e desejar a todos uma ótima reunião e um bom momento de reflexão. Dando continuidade segue para o segundo ponto de pauta convidando Fábio e Edmilson da Coordenação. Fábio Fernandes Barbosa – SEC- Desejando uma boa tarde a todos e resulta a alegria de estarmos aqui reunidos mais uma vez e como de praxe avisando a todos que a reunião será gravada, caso haja alguma objeção, favor sinalizar. Colocamos no site nossa pauta e esperamos que tenhamos uma tarde proveitosa. Temos visitantes, como por exemplo, Juca na expectativa de participar e ouvir em especial o ponto 4 da pauta com a proposta de fazermos um ajuste na ponto 4 que é referente a Reflexões da Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia após a apresentação das CTs. Se todos concordam faremos logo após a saudação de Edmilson que também fará um relato do que ocorreu nesses dois meses após a nossa última reunião. Com a

palavra Edimilson dos Santos Nascimento – Território Bioma Caatinga- É um prazer nos encontrarmos, mesmo de forma virtual, acho que essa dinâmica tem acelerado todo nosso processo. Uma informação a todos, aqui no nosso Colegiado Territorial, é que eu fui reconduzido para a coordenação na nossa assembléia no mês passado. Tem sido um desafio para todos nós, mas conseguimos dar conta de todas as necessidades, todas as demandas, mas continuo a disposição, contando com a participação e esforço de todos mediante nossas pautas. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA) Parabéns pela recondução dos trabalhos da Coordenação Territorial. Dando continuação a pauta, considerando as alterações, a coordenadora da secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais, Miriã Caetano (SEMA/SECEX) Pede que seja feita mais uma alteração na pauta, que seria após a aprovação da ata da reunião anterior, passar para o ponto 10. Indicação Membro da CIEA para participação no Grupo de Trabalho do Observatório de Áreas Protegidas/ Comitê Estadual da Reserva da Biosfera e da Mata Atlântica – CERBMA-BA. Ficando assim confirmado todas as alterações José Carlos Oliveira (DIES/SEMA)- Dando continuidade a reunião passaremos para o 3º ponto da pauta - Apresentação da pauta da 75ª Reunião. Enviamos para todos a ata, acredito que todos fizeram sua leitura e solicitamos a aprovação, se alguém tem algum comentário ou alteração a fazer que se pronuncie antes da aprovação. Falando com os colegas da SECEX, precisa ser feito pequenos ajustes na redação, no ponto de vista nosso não tem nenhum problema. Na semana passada foi publicado uma Resolução da CIEA, que modifica um pouco, a Composição do Regime. Convido Miriã Caetano (SEMA/SECEX) -Para fazer a colocação - Boa tarde para todos, na verdade houve a resolução que aqui foi votada para alterar o Regime, efetivamente vocês alteraram, mas já ajustam a realidade que já vinha ocorrendo nessa composição. Já foi publicado o Regime com as alterações e nós acabamos de remeter ao Gabinete. Ela trata de cada dispositivo para facilitar o trabalho, com o texto do Regime na íntegra e provavelmente será encaminhado a Secretária de Educação para que tomem conhecimento do texto dando ciência ao Secretário de Educação . Deve ser publicado no site vindo reestabelecer o que já estava ocorrendo na prática. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA)- Temos convidados que a partir dessas alterações feitas na Resolução quer se tornar titular, que vem a ser o caso do Dimas, ou seja,

passa a ser membro do CIEA. Fábio Fernandes Barbosa – SEC- Foram aqueles pontos que nós tínhamos elencado, só fazendo uma observação, até para constar em ata, tínhamos solicitado enquanto SEC que antes da publicação fosse dado conhecimento, esse processo não foi realizado, porém não foi impedido, por que na verdade a Plenária é soberana, e aquele ponto que foi discutido anteriormente pelo SEC, que foi questionado pela própria Coordenação Executiva, já tinha sido um ponto pacificador. O encaminhamento da reunião tinha sido na perspectiva de que esses conhecimentos dos Gabinetes se dessem antes da publicação no Diário Oficial do Estado, o que não ocorreu. Miriã Caetano (SEMA/SECEX) -Foi discutido que uma vez que o texto que foi publicado é um texto como ele é hoje, ou seja, não houve alteração, ficou decidido que não teria necessidade de se fazer a devolutiva. Lilite Cintra – GAMBA pergunta quando foi feita essa alteração. Fábio Fernandes Barbosa – SEC- Essa alteração foi feita em 2019 onde foram feitas as tramitações, passou pela Plenária, pela CIEA foi aprovado, tinha um item sobre a Secretaria Executiva que quando foi para a SEC houve uma ponderação. A partir do Regimento autorizar colocar como encaminhamento da nossa reunião, diante da Publicação do Regime autorizado, da ciência por parte do Gabinete do Secretario junto as novas Instituições que irão compor a CIEA, então na próxima reunião pretendemos apresentar a vocês a devolutiva de indicação desses novos membros, se assim tivermos retorno, mas que no intervalo entre essa reunião e a próxima, as tratativas para convidar, baseado no novo Regimento, serão feitas. Deixando assim informado o que será realizado pela coordenação junto a SECEX. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA)- Dando continuidade pelas declarações, vamos considerar a ata aprovada já que não houve questionamento seguiremos com a Indicação do Membro da CIEA para participação no Grupo de Trabalho do Observatório de Áreas Protegidas/ Comitê Estadual da Reserva da Biosfera e da Mata Atlântica – CERMA-BA Miriã Caetano (SEMA/SECEX)- O Prof. Moacir está à frente dessa pauta lá no CERMA com o trabalho que vem desenvolvendo com os alunos na Universidade, dando para o Estado essa colaboração, no comitê foi sugerido a participação de um dos membros, onde já foi feita a reunião e estão aguardando só a indicação para que possamos definir o representante da CIEA para compor esse grupo. Como Tita Vieira – INEMA e Bernadedth S. Rocha

Simões – UMBU já se candidataram podemos passar para a eleição. Neivia Lima – SDR- só queria esclarecer, essa Resolução que nos pega de surpresa, mesmo que já seja algo anterior como caminhamento, até para as questões futuras é que vai haver um comunicado para todo o órgãos para atualização de quem é efetivo ou vai entrar, já deixar marcado de fazer urgente essa comunicação a todos os segmentos que fazem parte do CIEA. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA)- Passando para a eleição. Com essas ponderações que foram colocadas gostaria de pedir a Bernadedth que entre o Comitê da Biosfera e o Comitês da Caatinga, pela sua ação Territorial eu considero que a sua indicação no Comitê da Caatinga seria mais apropriada. Gostaria de pedir sua ajuda nesse sentido Bernadedth S. Rocha Simões – UMBU - Eu sou Bióloga e sou profissional de área técnica, minha intenção é muito de aprender sobre Unidade de Conservação, por que nós criamos uma aqui em Bonfim e vamos elaborar o plano de manejo, mesmo não estando na gestão quero continuar com Sociedade Civil e quero continuar com meu nome a disposição. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA)- Alguém mais gostaria de se manifestar? Ana Claudia Magalhães - Educação Básica – Gostaria de tirar uma dúvida qual seria essa participação efetiva desse Comitê da Biosfera da Mata Atlântica. Sou profissional da Secretaria Estadual de Educação, ainda estou na ativa, e me envolvo muito com as questões do Ecossistema local no Município de Lauro de Freitas. Estamos com um problema muito grande aqui na região Quilombola do Quingoma, onde também participo do Conselho do Meio Ambiente do Município, acontece coisas inexplicáveis, eu procuro apoio com a Assembléia Legislativa do Meio Ambiente através do Deputado Marcelino Galo e através de outras considerações na política, porém a própria Secretaria do Meio Ambiente é omissa, eu gostaria de colocar meu nome dentro da perspectiva, como poderia esta me organizando por estar trabalhando de uma maneira remoto. E aproveitando aqui a fala de Bernadedth gostaria de aprender e me estruturalizar para melhorar meu trabalho na região de Lauro de Freitas. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA)- Temos então mais uma candidata para Indicação. É um GT dentro do Comitê Estadual da Reserva, então é um GT do Grupo de trabalho do Observatório de Área Protegida, muito específico dentro do Comitê. Miriã Caetano (SEMA/SECEX)- Como coloquei anteriormente o Prof. Moacir poderia explicar melhor, na verdade ele já vem de

uma experiência com os alunos da Universidade Católica onde foi feito um laboratório e a partir desse laboratório ele apresentou, no Comitê Regional da Biosfera, onde ele integra também e lá se decidiu que faria essa experiência do observatório juntamente ao Estado. O grupo está em uma fase de estruturar pra propor ao Estado melhor detalhamento, de lá saiu deliberado que seria instituído um grupo, mas se entendeu, em um diálogo com a Gestão da SEMA se formar esse grupo para estruturar melhor essa proposta, dizer do que se trata, objetivos e apresentar a SEMA para que ela incorpore as suas atividades. É representação para Comissão de Educação. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA) - Se Moacir estivesse aqui poderia nos informar melhor, como é um GT, você não tem algo assim tão fechado, poderia ser mais de um, como ele não se encontra, vamos ter que trabalhar na indicação de uma pessoa apenas. Miriã Caetano (SEMA/SECEX)- Com é um GT e se aqui ficar definido duas pessoas, a SECEX faz o encaminhamento a partir das orientações, acredito que por ser um grupo de trabalho, quanto mais colaboração acredito não ter nenhum problema. Fábio Fernandes Barbosa – SEC- Tem duas questões, essa sugestão dado por Dra. Miriã acho interessante e prudente, ressalto que a estrutura Colegiada tem alguns regramentos. Ana Claudia é suplente, claro que todos que tem interesse devem participar, mas do ponto de vista de oficialização, temos que estar atentos aos detalhes. Só para reforçar. Miriã Caetano (SEMA/SECEX) -Você tem razão Fabio, já foi confirmado que tanto Bernadedth quanto Ana Claudia são membros da CIEA, integram colegiado, logo, podem ser indicados e se a Plenária aqui assim aprovar, não haverá nenhuma problema. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA)- Vamos encaminhar então a indicativa de quem se colocou a disposição. Para compor o GT apenas um pode ser indicar. Estou sendo avisado que o Prof. Moacir acabou de entrar na reunião. Convido-o para que ele conduza a votação. Moacir Santos Tinoco – UCSAL - Boa tarde! Desculpe o atraso. A ideia do Observatório das Unidades de Conservação do Estado da Bahia surgiu a partir de uma atividade aplicada que teve início com meus alunos da Pós-Graduação do Curso de Biologia, hoje já está no Mestrado, que estão inseridos no projeto dentro da Universidade. Levei para o SERBIMA a última atividade que fiz com meus alunos que foi um questionário aplicado com base na avaliação do Estado das Unidades de Conservação, da pressão que ela sofre assim com os

impactos e as respostas que ela também mostra a partir de situação no contexto da Unidade de Conservação no território que está localizado. Qual o objetivo? Essa questão foi bastante levantada lá no CERBMA (Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica), é fazer justamente isso: como as Unidades estão e com se encontram hoje, tanto dentro dos aspectos positivos e dos negativos, e com qual objetivo queremos fazer? Seria apenas auxiliar os gestores. Não queremos apontar defeitos, nem falhas, queremos criar uma base de dados, inicialmente Estadual, para que os gestores possam acessar essa base e possam conhecer quais são as oportunidades que as suas Unidades de Conservação apresentam, no ponto de vista de cinco componentes principais que nós escolhemos, que foram: o uso do solo; a água; a biodiversidade (considerando fauna e flora); os aspectos sócio-ambientais e os impactos do seu entorno, impactos gerais (ruídos, incêndios, agrotóxicos, etc...) aos quais essas Unidades de Conservação estão submetidas. A metodologia que estamos utilizando, até então, por nossos alunos, no nosso GT não discutimos ainda, apenas apresentou a metodologia que nossos alunos utilizam e vamos a partir de uma escolha da escala inicial, que falarei depois para vocês, submeter aos Gestores das Unidades de Conservação um formulário investigativo, onde os gestores iram responder a esse formulário, livremente, sem nenhuma interferência, podendo responder sozinho ou coletivamente. Vai ficar a critério de cada Gestor. Uma vez recebido esses formulários, partiremos para uma validação das informações que constam nesses formulários e assim iremos traçar um diagnóstico. Por etapas traçaremos diagnóstico por região e por territórios. Escolhemos, inicialmente o Território da Região Metropolitana de Salvador e Litoral Norte, houve a sugestão de se trabalhar também com o Recôncavo Norte, mas entendemos que teríamos um área muito extensa para ser feita essa primeira análise por ser uma análise piloto. Os componentes do GT estão de posse dos formulários e estão trabalhando nele, deve ficar pronto nas próximas semanas, iremos submeter a mais uma reunião para fechar e enviar o formulário para os Gestores nessa primeira leva de Unidades de Conservação. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA)- Esclarecido Moacir, a pergunta é se a CIEA pode da indicação de dois componentes Moacir Santos Tinoco – UCSAL- Particularmente não faço nenhuma objeção, só me preocupo por que vão surgir

outros convidados e pode ficar um grupo de trabalho muito grande e limitar a sua atuação. Deve ficar a critério de vocês, já solicitei inclusive um indicação do ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biosfera) e ele não está representado no CERBMA (Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica), pedi que eles indicassem uma pessoa para participar por que nossa intenção é inicialmente lidar com as Unidades de Conservação de Estado, apenas, por que é uma atividade do CERBAM. Obviamente queremos incluir também as Unidades Municipais e as Unidades Federais. Miriã Caetano (SEMA/SECEX) - Nós temos duas representações, encaminharei a coordenação do CERBMA dando ciência de que houve interesse aqui, que a Plenária validou essas pessoas para integrar o grupo. Por ser grupo de trabalho, nós sabemos que temos encaminhamento de Câmara Técnica. O que estamos propondo é que essa Plenária libere Ana Claudia e Bernadedth. Fica assim encaminhado. Tudo esclarecido, fica assim declarado a participação dos dois membros. Continuando nossas Câmaras Técnicas. Tita pede a palavra Tita Vieira – INEMA- Acho bem indicado, gostaria de deixar um registro, sei que é uma simples burocracia que pode ser ampliada ou minimizada, penso que nesse casa a própria Secretaria Executiva deveria tomar um pouco de cuidado com essas questões, no nosso caso que acompanhamos todo o processo. Por sermos convidados e não termos direito a se pronunciar nem votar. A culpa não é de ninguém, mas sim do próprio sistema, acho isso muito desagradável, entendo que é simplesmente uma burocracia e que a gente pode superar essas coisas, senão a gente vai buscar as posturas das demoras , da não agilidade, de ficar de fora, de processos que são importantes, enfim é só para registrar, peço desculpas pela manifestação mas acho necessário que seja feito. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA)- Obrigado Tita, a liberdade dessas construções dessa indicação seria essa, desconstruir essas burocracias. A Câmara de Águas e Lugares de Conservação poderia fazer seus encaminhamentos. Tita Vieira – INEMA- Nós encaminhamos para Cláudio as pendências que tínhamos em relação aos retornos, aos questionário, estamos nessa fase , aguardando os resultados. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA) - Feito os esclarecimentos das Câmaras de Unidades de Conservação. Enviamos novos reforços para que os Coordenadores, os Gestores de Unidades de Conservação informem a nível popular. Alguma

novidade sobre essa Câmara? Breno Pessoa – REABA - Não avançamos. Não conseguimos conciliar as agendas. Moacir Santos Tinoco – UCSAL quero colocar algo que tem haver com as duas Câmaras Técnicas de Conservação e Água, mas tem haver também com o observatório lá de CEBMAR, no sentido do seguinte: eu posso propor, se concordarem, no grupo de trabalho do CERBMA o nome da via Tita via INEMA, não precisa ser via CIEA. Quanto mais pessoas colaborando, melhor. Tita Vieira – INEMA - Eu adoraria, estou disposta por que acredito que posso contribuir nesse processo, assim como já estamos vivendo outros processos, pela Câmara Técnica, entre outros, que acho que é uma estanca bem importante. Agradeço e aceito. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA)- Câmara Técnica de Territórios e Municípios. Bernadedth S. Rocha Simões – UMBU - Nós também não temos nada a acrescentar. Ficou deliberado de encaminhar os documentos para serem atualizados no nosso plano de trabalho, não recebi atualização de ninguém. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA)- O documento que está sendo discutido aqui interno que é Município Educador Sustentável, que é a estruturação do programa. Depois marquem uma reunião para discutir e comentar para ajudar a estruturar esse programa, depois envio. Agora vamos para a Câmara de Educação Ambiental na Ensino Formal. Fabio Fernandes Barbosa – SEC - Só recapitulando o que nós nos discutimos na última reunião de CIEA a cerca da proposta da realização da conferência virtual Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, a partir daí tivemos uma reunião e temos uma proposta para apresentar a vocês para sugestões. Vou compartilhar uma tela: Foi colocado em vermelho uma sugestão que foi dada por Claudemir (Transição Ecológica) a Conferência Virtual Infanto-juvenil pela Meio Ambiente 2021, pensamos em um título que desse condições das Unidades Escolares fazerem as discussões inerentes as questões Sócios Ambientais existentes no território, então a Educação Ambiental como promotora de Cidadania nos Territórios da Bahia, por conta dessa discussão que a SEMA tem capitaneado através da Diretoria, Aderbal, Rosalvo e demais membros da equipe SEMA a possibilidade de inclusão também na parte inicial da transição Ecológica. Os proponentes, inicialmente fizeram cursos com a Coordenação Ambiental e Saúde, posteriormente submetemos a apreciação e também contribuições da Câmara Técnica de Educação Ambiental no Ensino Formal dessa comissão. Só uma



breve apresentação da Conferência Infanto-juvenil, um processo dinâmico, por conta da pandemia precisaremos de estratégia na perspectiva de fomentar essa participação, principalmente numa perspectiva de uma Educação crítica, de estimular a participação, o exercício de democracia e principalmente que seja transformadora, através daí vamos ter momentos de estimular os estudantes para pesquisas, diálogo e refletirem sobre as questões Sócio Ambientais e com isso elaborarem propostas que são projetos de ação com objetivo de transformar a realidade, tanto do seu espaço escolar como principalmente da sua comunidade, seu município e seu território. É importante destacar que o Estado da Bahia tem tido uma participação importante nos últimos processos de Conferência, onde registramos a colocação dos Estados nas duas últimas edições que ficou em segundo lugar em âmbito Nacional no número de escolas que realizarão a Conferência, assim como o número de estudantes cadastrados no processo, o que nos dá e aumenta nossa responsabilidade enquanto estrutura e diante disso a própria Câmara Técnica de Ensino Formal propôs e essa comissão aprovou a Recomendação 04, de 26 de setembro de 2019, na qual estimula que tanto a Secretaria Estadual de Educação e do Meio Ambiente, assim como, as Secretarias Municipais da Educação e as correlatas em relação ao Meio Ambiente, possam estimular essas Conferências, até porque, considerando o cenário que está no Governo Federal, onde a continuidade dos Processos Democráticos, Participativo estão ameaçados. Fizemos essa proposição internamente na SEC que foi aceito para nossa Diretoria e tecemos para vocês. Para isso pensamos em uma metodologia que separasse dois momentos: O primeiro denominamos de Formativo Institucional, com realização de seminário, que tivesse uma linguagem que venha contemplar os anseios dos jovens estudantes e que também conseguisse ajudar aos professores na sua prática pedagógica a desenvolverem ações inerentes as questões Sócio Ambientais. Pensamos no mês de junho por reunir duas datas importante para as questões Sócio ambientais que são o Dia Mundial do Meio Ambiente e o Dia Nacional da Educação Ambiental e também pegando o gancho da própria proposta do Senador Jaques Wagner no qual fez a proposição que no mês de junho passasse a ser o mês do Meio Ambiente, não ser apenas uma semana de comemorações e sim todo o mês, pensamos também fazer assim com nosso

projeto. Cada Webinar ter duração de 2 horas, onde seria abordado: recuperação de ambiente, trato com animais, visualização de animais em vias públicas, qualidade do ar, ação solidárias durante a pandemia, enfim uma sociedade mais justa e mais sustentável. O segundo seria também um desafiador que é a questão sócio ambiental na questão do BNCC, que é a implementação curricular. Como isso se dará no ensino fundamental também aspectos relacionados a soberania alimentar, projetos integradores e projetos de vida, a educação para os jovens, trazendo um pouca dessa discussão baseado na palestra da Profª Dália, que aconteceu no ano passado durante a semana do Meio Ambiente que a CIEA organizou, juventude e ação na pandemia e vários outros temas. Fica esse material que é uma agenda com todos os temas a serem trabalhadas, a disposição de todos. É uma proposta de cronograma, em alguns meses temos duas palestras, totalizando dez. A partir disso, que na verdade seria o ponto de partida ao primeiro webinar para o chamamento para as conferências escolares e a principal provocação seria as ações sócios ambientais no território de identidades. E com isso as unidades Escolares deverão formar essa agenda, assim com nós estamos fazendo essa proposição as escolas também iriam formar essas agendas, sendo que nessa agenda os estudantes estariam em condições de protagonistas, ou seja, eles iriam pesquisar sobre os problemas sócio ambientais presentes no território, inclusive esse objeto de pesquisa poderia nos atualizar no processo de atualização do anexo 01 do programa de Educação Ambiental da Bahia que traz os problemas chave de Educação Ambiental em todos os territórios de identidade, então seria a partir do olhar da juventude e cominando com o processo de elaboração de uma proposta de intervenção onde eles iriam apresentar sobre a orientação de um professor, com isso estaríamos privilegiando e contemplando dois princípios da Conferência, um que é o jovem Educa Jovem e o outro que é o diálogo Internacional , uma geração aprende com a outra. Não iremos ter nesse momento, ao contrário das outras representações nas outras etapas, na qualidade de Delegado o “jovem educa jovem”, seria o único princípio que não iríamos trabalhar nessa Conferência no formato virtual. É importante salientar que as questões Socioambientais levantadas nas Conferência Escolares deverão ser trabalhadas pelos professores e durante todo ano letivo do contínuo Curricular 2020/2021, de

maneira contextualizada e principalmente envolvendo os diferentes componentes curriculares das áreas do conhecimento. Nessas ações entendemos que o projeto de ação do estudante deve ser traduzido em algo que tenha uma linguagem mais próxima do habitual deles e que faça esse conhecimento. Fazendo uso de todas as tecnologias possíveis e também produções artísticas, tendo em vista a realidade local. Que a CIEA seja um braço disseminador e enraizado desse processo, se colocando a disposição até na realização de um diálogo com a juventude ou ajudar na identificação de atores e atrizes presentes no território, além disso os Delegados e Delegadas das últimas Conferências Internamente. Pensamos na contratação de uma empresa para viabilizar, já que será feito durante todo o ano. Transformar isso em uma e-book. Fizemos uma projeção em torno de vinte a trinta mil reais para que possamos realizar esse projeto, orçamento feito pela internet. Essa é a nossa proposta e estamos abertos a sugestões.

José Carlos Oliveira (DIES/SEMA) - Excelente toda a temática e apresentação, primeira a realização dessa Conferência. Achei o valor baixo, mas é uma coisa para ser pesquisado e analisando por todos, a partir do que já foi feito. Muito boa a apresentação, a temática está muito rica e inteligente. Está em aberto para questionamentos e contribuições para a Câmara Técnica de Ensino de Educação Ambiental e Ensino Formal Solange Rocha – Educação Básica Acho que entrar em transição Ecológica restringe um pouco o tema, como estava fica mais amplo, a minha sugestão é Transição Ecológica venha compondo um objetivo específico dentro do conteúdo do objetivo geral e específico que possa aparecer essa questão da Transição Ecológica, o termo não ficou muito bem no título macro. Quanto ao restante estou achando ótimo

Fabio Fernandes Barbosa – SEC - Certo, por isso foi colocado em vermelho, e foi discutido na CT. Ficou em destaque justamente para ser analisando.

Lilite Cintra – GAMBA - Achei a iniciativa de ser feito isso muito legal, parabênizo todos pelo esforço, nesse momento ter ânimo para fazer uma proposta desse tipo, achei muito louvável. Se existe algum recurso no orçamento da SEC que poderia ser disponibilizado para a realização dos projetos que vão resultar das Conferências das Unidades Escolares. Gostaria de saber se vocês pensaram nisso e se é possível conseguir? É muito bom elaborar e conseguir realizar um projeto.

Neivia Lima – SDR - Queria compartilhar que o ano passado tivemos

uma experiência que foi da Mostra Nacional de Ciência e Tecnologia nos fizemos um Mostra Inter Territorial na SDR com a parceria das Instituições de Ensino tanto SEC como ACET e a UNILAB, boa parte foi com parceria com o próprio IAT, (1:49) porém contratamos um serviço de um site para colocarmos vídeo pôster para serem apresentados e contratamos também PRIMIARD para colocarmos a marca do evento. Foram despesas para facilitar a inserção dos trabalhos dos estudantes e professores. Fizemos seminários e roda de conversa durante uma semana no youtube podemos passar os custos caso se faça necessário, acho que podemos colaborar nesse sentido. Zanna Maria Rodrigues de Matos – UEFS- Quero parabenizar a equipe, é uma prova do que devemos fazer diante de tantas desestruturas da Política Pública de EA no âmbito Nacional e Estadual, é uma prova de resistência colocar a Conferência como um pretexto Pedagógico, fiquei muito feliz em ter inserido a Transição Ecológica, acho que ela parte de mudar a perspectiva do modo de produção e consumo e isso é tudo em nossas vidas e está relacionado a todos os elementos da natureza. Acho vanguarda colocarmos a juventude para discutir essas questões e acho que é uma pista de construir futuro, já que hoje estamos com pouca esperança para o futuro. Colocar o jovem para pensar é, sem dúvida uma grande saída. Quero dizer que nossa equipe esta a disposição para ajudar sobre essa ação. Bernadedth S. Rocha Simões – UMBU- Parabéns à todos CT, concordo com a fala de Zanna e queria já fazer um encaminhamento para a SECEX encaminhar para os novos Secretários de Educações Municipais os nomes dos representantes e membros de CIEA, por que todas que participei foram de fundamental o apoio, o auxílio e participação da CIEA. Para que fiquem cientes do que vem a ser, de fato, uma Conferência Infanto-Juvenil. Lembrar que os Municípios, praticamente todos, em função da pandemia, pagam esses programas. Acho que não terão muita dificuldade. Claro que cabe uma consulta, a maioria tem esses programa. Breno Pessoa – REABA- Iniciativa louvável, com já foi dito por todos. Quero me colocar à disposição caso precise de algum esporte, temos a estrutura do REAPOP 1:57:05 que temos utilizado atualmente e outras estruturas para colaborar com o evento. Solange Rocha – Educação Básica - Ainda sobre a questão do tema. Que esses conteúdos viessem em objetivos, por que quando foi pensado no Tema, nós estruturamos os Objetivos Específicos e as atividades de acordo

com o Tema, para que dentro das realidades de cada local pudessem inserir a situação real em que vivem, que estão previstas nos Objetivos Específicos. Então temos duas questões para serem votados, uma para retirar do Tema macro da Conferência e colocar nos objetivos do tema da Conferência e a outra para deixar assim, no tema macro da Conferência. O conflito seria só no posicionamento por que ele existe na Conferência. Até em Transição Ecológica, para quem não está acostumado com o conceito atual e que remete essa questão de mudança de paradigma de Sociedade mesmo, pensa em Sucessão Ecológica e em conteúdo muito de Biologia. Como estamos fazendo um material para nossa escola é importante termos esse cuidado, para onde estamos falando, para quem estamos falando, para não haver diferentes interpretações. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA) - Mais alguma contribuição para a CT? Então vamos fechar essas divergências da chamada, se for possível com votação, conforme Solange acabou de colocar ou a gente remete para nossos colegas da Câmara, por ser um debate muito aprofundado. Fernandes Barbosa – SEC - Vou responder primeiro o que foi colocado, trarei também esse aspecto. Lilite quando fala relacionado aos recursos, nós nos últimos dois, três anos, conseguimos retomar a questão do envio de recursos para as Unidades Escolares e isso para a implementação dos projetos que são hoje e que estão sobre a responsabilidade de Coordenação de Educação Ambiental e Saúde, não temos como garantir se os recursos serão suficientes para implantação desses projetos. No final de 2020, só para ter uma idéia, nós repassamos de 1.800,00 até 4.500,00 reais para Unidades Escolares fazerem ações e isso baseado no porte, ou seja, números de alunos que a Unidade Escolar tem e o tamanho, como número de salas e sua área real, sendo assim não tenho como dizer a disponibilidade orçamentária para fazer esse repasse, até por conta desse cenário pandêmico, tivemos uma queda na arrecadação muito grande, mesmo tendo garantido a Implantação das Políticas Públicas, o Estado tem funcionado bem, mas , a gente tende a ter dificuldade orçamentária, temos que ajudar na formação dessa consciência por parte dos estudantes que entra já um pouca de Educação Fiscal também das Famílias. Neiva gostei muito do que você falou em relação a Mostra Nacional de Ciências e Tecnologias, gostaria de receber o processo SEI que você instruiu para nos orientarmos, a gente tem um processo SEI 2:02:50 relacionado a

Conferência, mas, podemos já está vendo outros elementos que até já foram discutidos por nós da CT e que aprimore. Nós pensamos que seria pouco provável de conseguirmos fazer, ex: a compilação de todos as produções dos estudantes em um único local, ter acesso ao que vocês pensaram, essa questão de Mostra Nacional de Ciências e Tecnologia e o que foi necessário para execução será muito útil. Com relação a Transição Ecológica, já trazendo um pouco do que Zanna e Solange, quando se fala de Transição Ecológica para pessoas que não são de área ambiental, pode pensar que é um conteúdo voltada para a área de Ciências Biológicas, o que não é o fato, precisamos desconstruir isso e talvez no título possa fazer com que seja direta para os professores da área biológica, evitar e não atrapalhar a participação de outro, vamos discutir mais internamente essas questões. Bernadedth com relação ao que você falou das Redes Municipais estamos com uma preocupação todo desenho que fizemos que foi pensando na Rede Estadual. As Redes Municipais elas terão autonomia a fazerem ou não, por que ao contrário da Conferência Nacional, quando tinha aquele Decreto do Governo Federal que determinava os prazos, como estamos em um ano completamente atípico tem Município que vai encerrar o ano de 2020 agora em junho, outros em julho, então conseguir fazer um cronograma ou um calendário que venha atender a todas essas Redes não teríamos como, a idéia principal, aí acho bacana sua proposta, que é, a partir do momento que fizermos o ponto de partida fazer também que os Municípios sejam estimulados, então enviar a recomendação de numero 04 com essa proposta de maneira simplificada para que veja que é um processo viável e também fomente lá no seu espaço geográfico. Breno, eu sei que está usando muito essas questões das Redes Sociais, então no que poder ajudar nesse sentido será de muito valia. Nós estamos juntos, é um desafio. A proposta ela foi concebida temos que colocar para rodar, a idéia em que tenhamos um momento no dia 03/junho, dia Nacional da Educação, é também Corpus Christi esse ano, então para questão de atividade no nosso ponto de vista do nosso trabalho, será mais difícil, no dia 05 (sábado) que é o Dia Mundial do Meio Ambiente. Na semana seguinte, em especial dia 10, nos pensamos em ter alguma atividade, para não passar em branco essas datas comemorativas começando assim a fazer esse movimento. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA) - O encaminhamento então para a discussão sobre

Transição Ecológica seria ideal que vocês se reúnam para um debate e formalize todas essas questões, pois temos condições de resolver completamente. Temos um GT do Diagnóstico da Educação Ambientada, onde houve um reunião inicial, parece que não havia estabelecido o roteiro. Lilite Cintra – GAMBA- Até onde acompanhei, que foi em janeiro, a partir dali se discutiu muito que possibilidade seria para um planejamento, não se fechou, acho que o diagnóstico, no meu ponto de vista ficou no ar. Zanna Maria Rodrigues de Matos – UEFS- Realmente só tivemos essa reunião onde foram discutidos essas estratégias, essas possibilidades e qual seria o objetivo de focarmos nesse amadurecimento, primeiro conceitual de que seria e para que seria, e eu resgatei um roteiro de um instrumento que a CIEA produziu, esse mesmo GT do ano de 2006 que a CIEA já tinha se debruçado e resgatamos todo processo de construção também do instrumento que norteia o mapa de experiência foi feito com essa intencionalidade de levantar dados para se chegar no diagnóstico e ficamos de estabelecer um cronograma de reuniões que eram às terças-feiras às 16 horas, só que não firmamos. Encaminhei escaneado esse roteiro, por que não tinha o arquivo desse roteiro feito pela CIEA no ano passado. Também foram questionado recursos, o quanto que se teria na casa, na SEMA, vendo a possibilidade de contratação de alguma consultoria ou não para sistematizar o que tem pronto e levar para os Territórios aquilo que seria atualizado, ficou nessa linha as discussões Bernadedth S. Rocha Simões – UMBU - Nossa reunião foi 20 de abril e houve vários encaminhamentos para depois nós retomarmos a partir desses encaminhamentos ser feita uma outra reunião, que não aconteceu. ??????

**identificar a pessoa 2:13:30** Achei que estava marcada a reunião, cheguei a entrar. Podemos retomar, foi de fato feito alguns encaminhamentos, algumas reflexões, a pauta está em dia, é muito importante o retorno. A partir do dia 08/06 o GT se reúne às 16:30, fica registrado. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA) - Vamos começar um debate sobre Avaliação e Reflexões à Política de Educação Ambiental no Estado da Bahia. Achamos que esse primeiro momento seria de uma fala mais livre para pensarmos em roteiro, com muito liberdade, eu particularmente essa semana tive uma atividade de planejamento de Governo que é do ponto de vista da Diretoria e da SEMA precisamos refazer alguns indicadores, no caso do indicador é que é o

compromisso 03, que é o compromisso da Educação Ambiental, um indicado muito quantitativo, **pessoa que são atingidas pelas ações ambientais, nessa mudança, estou trabalhando com os indicadores que estão colocados no** Monitoria, de forma mais elaborada, que a Bahia também participou. Estou propondo um trabalho com indicador que consiga dizer e qualifique mais esse debate sobre avaliação e monitoramento da Política Estadual. Vamos abrir falas sobre a Política Pública de Habilitação Ambiental. Lembrando que estamos comemorando os 10 anos da Política. Zanna Maria Rodrigues de Matos – UEFS Esses 10 anos foi um tempo importante para a gente olhar, se dedicar, avaliar. Hoje já temos indicadores de Monitoramento E avaliação das Políticas construída coletivamente por iniciativa da AMPEIA, nesse tempo Histórico da Lei. Esse fazer acredito que não deve ser diferente de como foi construída essa Lei. Pela sua importância, acho uma reunião muito pouca para se fazer essa avaliação. Minha fala vai na perspectiva de uma proposta de como a CIEA entende esse momento junto com o Órgão Gestor unindo a todos esses processos, como podemos unir essas intencionalidades também educadora de avaliar a própria Política. Seria uma forma, uma estratégia como nós pensamos e com podemos nos envolver e pode ser calcada também nos princípios da própria Política de Participação, princípios que devem ser, cada vez mais reforçados e que estamos perdendo se não valorizarmos. Acho que precisa ter um processo construído coletivamente e enraizado pelos caminhos e representantes da CIEA com os Territórios e com as pessoas que vivem e atuam nesses locais e que faz com que essa Política se torne viva. O Diagnostico e a Conferencia são dois momento para se pensar como incorporar nesse Movimento Educador. Sabendo que já temos os indicadores. Lilite Cintra – GAMBA Essa amplitude que a Zanna deu mostra o tamanho da tarefa. Eu gostaria de saber, Zé Carlos quanto de levantamento e ações que temos tanto dos Órgãos Oficiais, Estados, Prefeituras, Secretarias, Instituições, Movimentos Sociais, das Empresas que disseram realizaram atividades relacionadas com a Política de Educação Ambiental, avaliar Política é saber que aquilo que esta sendo feito esta de acordo com aquilo que se combinou na Política, o que temos que fazer seria essa conta de chegar. Alem de entende se essa Política ainda permanece viva é também entender que tudo que estamos fazendo contempla o que esta ali dito. Precisamos reunir todo esses



dados. O Diagnostico tem essa intenção de levantar que o está sendo feito, o que já foi trabalhado por vários grupos diferente para que possamos chegar ao denominador comum. Temos muitos elementos que irão entrar nesse Diagnóstico. Precisamos sistematizar tudo isso, e acredito que alem de tudo isso devemos ter um olhar pós pandêmico, pois ela mudou muita coisa nas relações das pessoas, relações de trabalho, nas atividades que se desenvolve, etc... Só em se ter Conferência Infarto Juvenil virtual, já muda o paradigma inclusive o que estão na Política que se coloca muito como a relação das pessoas com o elemento básico e fundamental e não estamos vivendo isso na plenitude, como se faze essas adaptações e como rever isso. Outra consideração a Lei tem dez anos, mas, a Regulamentação não tem, ela determina uma serie de outras questões que nos primeiros anos não foi possível se cumprir, em fim, temos muito o que avaliar. Solange Rocha – Educação Básica Seria interessante um metodologia a ser aplicada durante uma reunião virtual para uma avaliação da Política dos membros e integrantes da CIEA, seria pauta única, para ser feita essa avaliação e discutir metodologia. Fabio Fernandes Barbosa – SEC Podemos tirar um encaminhamento a partir desse ponto de pauta que seria a constituição de um grupo de trabalho. Seria um GT “Inter camera”, usando o mesmo termo que foi usado anteriormente na discussão da CIEA com o Conselho Estadual de Educação, que tenha representante das diversas CT nossas, onde se construa um instrumento para mapear as Ações de Educação Ambiental sendo implementada na diversas Instituições Estaduais. Outra coisa interessante, Edmilson pode trazer melhor para nós com mais propriedade, tentar resgatar informações que possibilite uma avaliação do cenário de forma mais realista. Não temos condição de fazermos uma avaliação de impacto. Talvez pudéssemos avaliar os instrumentos usados anteriormente com os atuais e utilizando o rigor Cientifico trazendo dados do ponto de vista mais concreto e ai nesse aspecto a participação de CEPLAN seria fundamental. São pontos desafiadores, com varias pessoa já colocaram aqui, para apresentar a Sociedade uma avaliação que seja o mais real possível dessa Política que nós defendemos. Ely Pimenta – SEPLAN As falas revelam que esta bem objetivo e consistente com relação a dimensão do problema, mas precisamos atualizar a Legislação e tentar fazer por etapas um procedimento metodológico, os grupos

pela sua formação porque uma coisa muito séria é que até que ponto a Lei que foi construída dentro de um marco regulatório diante de tanta destruição que vem ocorrendo nos últimos anos e um outro aspecto qual o grau em que essa Legislação foi implementada. A Educação Ambiental em termos de recursos nunca foi privilegiada em relação as outras Políticas, então tem o próprio olhar do discurso e a correspondência dele com relação a locação de recursos, a cota vai para Secretaria e quem faz essa distribuição e o Gestor Setorial. E uma outra questão é justamente o lado do público beneficiário que seria o Meio Ambiente e a própria população, fica a sugestão a ser discutida. – Fabio Fernandes Barbosa -SEC Muito bem colocado ELY, sei que a CELPAN faz um trabalho importante, talvez possamos fazer um dialogo com a própria SEI 2:50 para nos ajudar no processo Metodológico, a não locação de recurso não significa, obrigatoriamente no desenvolvimento de Ações tentar fazer essa correlação de um forma mais direta e dar resposta a Sociedade José Carlos Oliveira (DIES/SEMA) O que se esta colocando é que envolve um debate sobre Efetivação Orçamentária e sobre Intencionalidade e onde fica Educação Ambiental dentro do Orçamento precisamos discutir pensando nessa totalidade. Precisamos nos apropriar do Monitora EA que é a ferramenta Nacional que trabalha em todos os níveis, Cidade, Territorial, Institucional para fazer esse monitoramento. Através dele teremos uma leitura tangente com todas aquelas variáveis que formaram os indicadores com participação de todos os Estados desse trabalho, para isso precisamos começarmos a trabalhar, esse seria o caminho. Edimilson dos Santos Nascimento – Território Bioma Caatinga Ainda com foco no Monitoramento, gostaria de lembrar que a CEPLAM esteve nesse Colegiado, podemos fazer uma solicitação para que se tenha um olhar sobre essa planilha no Estado da Bahia e vamos ter a capacidade de identificar se foi realizado por aquilo que foi proposto. Temos uma atividade prevista para 02 de junho vai se apresentar Metodologia de acesso ao Relatório e criar os grupos de Trabalho. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA) Quem se dispõem a participar desse GT. Cristiane Soares Ferreira – SEPLAN Eu estou na Área de Planejamento Estratégico, na de Monitoramento e Avaliação podendo contar com a gente também fazer a parte de Território daremos um jeito de fazer. No processual fica difícil para mim,mas, posso colaborar e apoiar. Marivaldo Justiniano – Coordenação

Território da Bahia Temo dificuldade nesse Planejamento hoje com o Estado e algumas atividades que foram feitas, mas se faz importante estarmos fazendo esse Monitoramento junto a SEMA e outros Órgãos e uma sugestão seria, junto com os Conselhos Municipais do Meio Ambiente e colocar para estas demandas também e nessa Conferência, que foi falado antes, é importante estarem também as Secretarias de Educação e os Conselhos Municipais. Quanto mais pessoas trabalhando essas questões seria melhor. Nós da SET estamos a disposição no Monitoramento e em tudo que se faça necessário. Bernadedth S. Rocha Simões – UMBU Que o grupo do Diagnostico automaticamente estivesse ai participando. Diagnostico e Avaliação tem tudo a ver e que fosse acrescido mais pessoas e também a CEPLAN. Fabio Fernandes Barbosa –SEC Acho o Órgão Gestor tem que estar junto. Solange Rocha – Educação Básica Em relação de termos uma avaliação, que fosse desenvolvido uma Metodologia para avaliar esses dez anos, enquanto membro. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA) Então o Grupo do Diagnostico amplia e cuida das duas tarefas e também propõem uma Metodologia para que todos possam contribuir. Que seria composto pela SEC e pela SEMA. Fica definido que haverá outra reunião para o fechamento nessa questão. Que será composto por: Ely, Cristiane, Edmilson, Marivaldo e o Órgão Gestor. Fechamos essa pauta. Agora nos temos Os novos convênios do GAC e a Educação Ambiental; Apresentar um pouco o que existe internamente para avançar essa pauta a nível da Secretaria. O GAC trabalha no fortalecimento dos Municípios. É apresentado uma planilha com valores dos Convênios que foram contemplados ai em media fica cerca de R\$ 250.000,00 para cada Convenio. Nessa planilha agora os 18 Convênios, ao lado temos os valores de quanto a Bahia vai aportar esse ano e no próximo ano no valor total de R\$ 4.230.000.00. Nessa próxima relação é mostrado os Municípios que serão atendidos, que participam dos Consórcio, no total de 205 Municípios. Eles agregam 270 Municípios, mas nem todos Município estão em todas as ações. O Objeto do plano de trabalho é: Apoio à estruturação da Política de Educação Ambiental. Responsabilidade de SEMA: Apoio e orientação para os eventos em geral, a exemplo dos seminários territoriais e das oficinas para os conselhos municipais de meio ambiente. Orientações sobre a programação, as atividades, as metodologias relativas às temáticas das políticas de meio ambiente, de

educação ambiental e conceitos de gestão participativa. Responsabilidade do Consórcio: Realizar o levantamento de informações que contribuem para a política pública de educação ambiental nos municípios. Oficina de educação ambiental para os conselhos de Meio Ambiente dos Municípios Consorciados. E a meta no plano de trabalho que seria realizar oficinas e evento que utilize metodologias participativas direcionada a esse público basicamente o recurso é para a contratação de dois técnicos para cada consórcio para atendimento ao município, mas, até esse momento o olhar está mais para o licenciamento e para a gestão, então temos que ampliar a Política de Educação Ambiental. Devemos procurar que um técnico se volte para o licenciamento e o outro para Política, já que serão dois técnicos. Essas contratações estão previstas para o mês de junho. Esse seria o formato, está aberto para contribuição. . Ely Pimenta – SEPLAN Se tem a programação delineada precisa se saber a execução e recursos tecnológicos diante dessa crise da política de afastamento. Bernadeth S. Rocha Simões – UMBU Deve ter uma exigência do perfil desses profissionais a fim de se ter o melhor proveito desses recursos. Ser feita uma qualificação desse pessoal. Lilite Cintra – GAMBA Os consórcios eles são uma organização dos Municípios, então o perfil, às vezes pode não combinar com o que nós nessa reunião queremos. Por isso acho que deveríamos fazer um convite a direção **de Frente Bahia 35:30 segunda parte reunião** que coordena os consórcios nos acompanhar nesse processo e seja estudada toda esse posicionamento. Colocando mais um ponto que é um projeto que recebemos onde vamos executar uma formação para atingidos pela construção de Barragens. que seria: Capacitando atingidos/ as por barragens através de práticas de Educação Ambiental e Saúde para o desenvolvimento local saudável e sustentável Objetivo geral: Desenvolver um processo de capacitação de monitores e agentes locais, de forma virtual, em 06 Territórios de Identidade. Objetivos Específicos que seria: Desencadear, realizar e formar. Por fim realizar atividades do “Desenvolvimento Local Saudável e Sustentável”. As atividades estão aqui delineadas nesse processo, então envolve, cerca de 48 horas de curso tendo saúde, direito das populações atingidas, na construções de barragens, tecnologias alternativas. O investimento previsto de R\$72 mil para o processo de formação. Essa proposta foi pensada pelo Movimento Atingidos pelas Barragens do Estado da Bahia,

que ira atingir um publico essencial nesse processo de injustiça ambiental. I Edmilson dos Santos Nascimento – Território Bioma Caatinga Quero propor que se procure os Colegiados Territoriais para se fazer uma apresentação do projeto, para inclusive ampliar essas informações para outros Municípios. Lilite Cintra – GAMBA Quero fazer uma colocação, não exatamente em cima do que foi colocado, em relação a Educação Ambiental temos que arranjar um jeito de ela chegar antes de alguém ser atingido. Precisa chegar no ouvido dos empresários e gestores que decidem por uma barragem é só uma reflexão, que obviamente não se esgota aqui, deveria ser nesse cominho nosso avaliação política, prevenir. Isso pode ser tema da formação dos foram atingidos. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA) Preparar a população para enfrentar de forma preventiva sempre é o ideal, o interesse do capital, de quem devasta, quem ocupa e compra barato terra de pequeno para construção de barragens esse controlo esta corretíssimo mesmo. O MABE já represento a resistência do Movimento dos que foram atingidos. Nos Informes estamos preparando formação de Educação Ambiental, queremos abrir as inscrições na Semana do Meio Ambiente Marivaldo Justiniano – Coordenação Território da Bahia Complementando a fala de Edmilson nessa apresentação do contratação do pessoal para fazer uma reunião da Plena dos Coordenadores dos Territórios que são 27 se fazer essa apresentação, através de convite, para que eles fiquem cientes. No meu território, por exemplo, não foi informado. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA) Esta aberto para os Informes Miriã Caetano - SEMA/SECEX Nós enviamos uma mensagem nesse processo de Transição do Secretario que saiu para SEAGRE , nessa mensagem foi um relatório dos Colegiados, apenas para que ele demonstrasse o que nós conseguimos nesse período na SECEX, deixando claro que alem das contribuições que estão previstas para CIEA. Falar da importância desse período de convivência e aprendizado e vir uma equipe sensível em da esse apoio com atenção muito voltada para as questões de Educação. É um Colegiado que tenho prazer de ouvir e discutir com a Coordenação. Quero agradecer a todos e colocar que fizemos o melhor possível nesse período e quanto essa troca nos fez crescer, não só no ponto profissional, também no pessoal. Agradecer a todos. Lilite Cintra – GAMBA Queria comunicar a todas os presente que essa semana os Movimentos Sociais, Organizações das Sociedades Civil, alguns

pesquisadores cientistas e algumas pessoas que se dedicam a Área Sócio Ambiental elaboraram um carta para o Governador do Estado, ela foi protocolada na terça feira, o teor da carta era para mostrar a indignação e descontentamento que esse setor da Sociedade Civil. Ela é assinada 93 grupos, pessoas, laboratório de pesquisa variados, esse grupo tem grande descontentamento com a indicação interina da Srª Márcia Telles para está na Secretaria de Meio Ambiente nesse momento. Por achar que na Secretaria precisa ter um perfil muito diferente do que ela apresenta na gestão do INEMA. Para isso se fez essa carta. Ontem foi lançado pela SOS Mata Atlântica o ranking de desmatamento que eles fazem todo ano e o Estado Esta em segundo lugar de desmatamento do Brasil depois de Minas Gerais. Isso nos entristece muito por isso foi pedido ao Governador que se tenha muita sensibilidade na escolha desse representante para essa Secretaria, que tenha comprometimento com proteção.

25 de maio de 2021 foi o dia que foi assinado esse documento. Queria deixar registrado é um momento muito delicado em todo o mundo. Educação Moaci Santos Tinoco – UCSAL Pegando carona na primeira fala de Lilite, Educação Ambiental é uma coisa que sempre pensei na vida, tem que chegar antes do impacto, antes do dano. Estamos na Universidade Católica junto com a URFB, Estamos com um projeto em rede de ação previa dos impactos Ambientais da **implantação da FIOLE 57:50 segunda parte**. Será aberto, Mestrado, Doutorado para quem desejar fazer dentro desse projeto, com direito a bolsa da CAPES, ela não limita quem está trabalhando, é pautada na resolução numero 01 2001 da CAPES. Vamos ficar atentos aos editais. Quero terminar minha fala agradecendo a Miriã por toda a colaboração fundamental que nos deu. José Carlos Oliveira (DIES/SEMA) Esse encontro é muito rico. Precisamos nos interar. Temos que sermos otimista e confiar que o que vem pela frente será bem melhor, melhor do que estamos vivendo. Sem mais informes e não havendo nada mais a tratar. Agradeceu a participação e a colaboração de todos encerrando a reunião. Esta Ata será assinada por todos os membros presentes.

### Membros Presentes:

José Carlos de Santana Oliveira – SEMA

Miriã Caetano - SEMA/SECEX

Cláudia Silva e Santana -SEMA

Fabio Fernandes Barbosa – SEC

Duwillami Embirassú de Arruda – SEC

Zanna Maria Rodrigues de Matos – UEFS

Bernadedth S. Rocha Simões - UMBU

Edimilson dos Santos Nascimento – Território Bioma Caatinga

Ana Claudia Magalhães - Educação Básica

Breno Pessoa – REABA

Ivana Araújo – UFBA

Ely Pimenta – SEPLAN

Solange Rocha – Educação Básica

Marivaldo Justiniano – Coordenação Território da Bahia

Wellington dos Santos – Bacia do Rio Corrente

Neivia Lima - SDR

Liana Mendes – SJDHDS

Rosiléia Almeida – UFBA

Amanda Bastos – SENAI/ BA

Renato Almeida- UFRB

Moaci Santos Tinoco - UCSAL

Lilite Cintra – GAMBA

Tita Vieira – INEMA

Jamile Trindade – SEMA

Rosalvo Júnior - SEMA

Jorge Luiz Faria Silva – ABENFAC

Joás Brandão Souza – GAP

Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – CESPECT

Ana Livia Cunha Guimarães - SEDUR

Cristiane Soares Ferreira – SEPLAN

Maria                    Ivone                    Santana                    Souza                    –SETRE

Lilite Cintra - GAMBA

